

ACTA Nº 2/93

- - - Aos trinta dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Viana do Castelo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo sob a presidência de António Ribeiro de Oliveira Amaral, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão o Membro José Augusto Neiva de Sá, Primeiro Secretário, e, como Segundo Secretário Margarida Afonso dos Santos. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Fernandes Branco Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo, António José Martins Pereira e Esaú Silva da Rocha. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão com a presença de 59 Membros e a falta de 22 Membros, conforme documento que se junta sob o número 1.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Previamente ao Período Antes da Ordem do Dia o Presidente da Mesa informou das cartas que lhe foram dirigidas pelos Membros do Partido Socialista, Mário Martins Araújo, e do Centro Democrático Social, Valdemar Coelho Rodrigues Carvalhido, pelas quais comunicam a renúncia dos respectivos mandatos, tendo aqueles Membros sido substituídos, respectivamente, por Manuel Ribeiro Martins Loureiro e Filipe Tinoco Cavaleiro. Seguidamente deu conhecimento de outra correspondência que lhe foi remetida. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE:-** Deu a conhecer o panorama de aumento populacional registado naquela freguesia, o qual tem arrastado para ela um grande número de problemas sociais, tais como droga, prostituição, criminalidade e delinquência, havendo um agravamento desta situação com a "invasão" de população de etnia cigana, que lá se tem fixado sem qualquer controlo, motivando uma proliferação de barracas por eles construídas, cenário que dá uma enorme falta de segurança de pessoas e bens naquela freguesia. Teceu críticas aos partidos Social Democrata e Socialista por não terem apoiado a proposta do Grupo da CDU para a criação, naquela

freguesia, de um posto da Guarda Nacional Republicana. Por fim, aludiu novamente ao elevado número de acidentes de trânsito ocorridos na E.N. 13, naquela freguesia, que a martirizam diariamente e afectam sobretudo a grande população escolar que a frequenta, lembrando várias diligências levadas a cabo no sentido de dar segurança àquela via, efectuadas junto dos competentes serviços do Estado, que não têm surtido efeito, prontificando-se a freguesia a, mediante subscrição pública local, efectuar por sua conta a colocação de sinalização luminosa, com vista a obstar à caótica situação existente. -----

- - - **OLÍMPIA PONTES:-** Demonstrou a sua satisfação por ser uma realidade a semaforização na Avenida 25 de Abril, bem como se verificar uma melhoria no estado das vias na zona de Monserrate. Seguidamente referiu o sinistro ocorrido no Campo do Castelo, tendo alertado para a necessidade em rever a localização daqueles postos que se encontram espalhados na cidade e condições de segurança que devem possuir. Finalmente fez uma exaltação ao "25 de Abril", como data crucial para a implantação da democracia, expressando o seu desapontamento e tristeza por constatar a menor importância que lhe é actualmente dedicada. -----

- - - **SOARES PEREIRA:-** Interveio acerca da notícia publicada num jornal diário, relativamente ao "desvio", para a cidade de Braga, da realização do Congresso do Minho (Organizado pela ADERMINHO - Associação de Desenvolvimento Regional do Minho), iniciativa essa marcada para a cidade de Viana. Teceu críticas à "fuga" para aquela cidade de vários serviços, como o Banco de Portugal, a Telecom, a Administração Regional de Saúde, a Junta Autónoma de Estradas e a Electricidade de Portugal, que apesar de manter o Centro de Distribuição em Viana, já possui vários serviços a funcionar naquela cidade. Por fim sugeriu à Mesa da Assembleia ou a Comissão de Apoio à Mesa a elaboração de um documento no sentido de sensibilizar a as instâncias competentes da preocupação desta cidade relativamente a este procedimento. -----

- - - **AMÍLCAR SANTOS:-** Teceu críticas à actuação dos Ex-Autarcas Lucínio Araújo e Domingos

Afonso, quanto ao pedido de indemnização que efectuaram, sendo de opinião que a mesma seja pedida às pessoas autoras desse procedimento. Seguidamente referiu-se ao terreno situado entre a Escola Superior de Educação e a Urbanização "Capitães de Abril", que foi objecto de terraplanagem, alertando para a necessidade em complementar essas obras com a reparação dos passeios danificados e com o arrelvamento do local, assim como o arranjo do terreno situado junto ao posto de abastecimento da SHELL (na Avenida Capitão Gaspar de Castro) e reparação do piso da Rua da Argaçosa. Finalmente referiu a deficiente relação existente entre a Autarquia e os reponsáveis pelo loteamento da Amorosa. -----

- - - **DAVID CARDOSO:-** Criticou a actuação da Câmara Municipal relativamente à demora na finalização da empreitada da Estrada do Barco do Porto. Relativamente à recolha de resíduos sólidos de grandes dimensões (colchões, frigoríficos, etc.), sugeriu a necessidade em serem tomadas medidas no sentido de impedir que esses materiais sejam abandonados nas bermas das estradas, nas margens dos rios e nas matas do concelho. Seguidamente referiu notícias publicadas na imprensa que acusam a Autarquia de ser devedora de avultadas verbas aos empreiteiros de obras públicas.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONSERRATE:-** Aludiu ao incêndio ocorrido recentemente na zona da doca, chamando a atenção para ser tida em conta a localização de outros postos do género e o perigo que os mesmo poderão representar para a sociedade, em casos semelhantes de sinistro. Teceu críticas quanto ao estado do piso de algumas ruas da cidade, nomeadamente em algumas que, segundo referiu, o piso das mesmas é em terra batida. Aludiu também às constantes roturas na rede de abastecimento de água na sua freguesia, chamando a atenção para a urgência em a mesma ser substituída. -----

- - - **FILIPE CAVALEIRO:-** Aludiu à publicidade feita pela Câmara Municipal na imprensa acerca das obras executadas, em execução e projectadas, tendo-lhe ocorrido tratar-se de uma pré-campanha eleitoral, mas manifestando o seu apoio a iniciativas deste género. Questionou a Câmara acerca de ser dado um completo esclarecimento quanto ao que se passa com o Centro de Congressos, cuja

responsabilidade de construção imputou ao PSD e para a qual foi lançada, durante três anos, uma derrama de 10% , motivo achado suficiente para haver necessidade em ser dada uma explicação cabal acerca da situação e destino daquele imóvel. -----

- - - **BOUÇA DE MORAIS:-** Criticou o facto de ainda não ter sido dado cumprimento ao pagamento das senhas de presença dos Membros da Assembleia por transferência bancária. Quanto a obras municipais, apoiou a acção desenvolvida nesse domínio e sugeriu, como comprovação dessa eficácia, a realização de uma visita dos Membros da Assembleia Municipal a algumas das mais representativas obras em curso. -----

- - - **DOMINGOS CACHADINHA:-** Aludiu ao tempo, por vezes diminuto, que é destinado, para intervenções dos Membros da Assembleia Municipal nas sessões desta e, como forma de ultrapassar essa dificuldade, apresentou um documento escrito, para posterior leitura, no qual explanou algumas das suas preocupações e sugestões que lhe parecem serem de interesse, para a cidade e concelho. - - - -

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Concordou com o teor da intervenção anterior e esclareceu que essa prática é inevitável para gerir o tempo de duração das sessões, manifestando, no entanto, a opinião de que, algumas intervenções, pelo seu interesse ou falta de oportunidade, deveriam durar, conforme os casos, maior ou menor tempo do que o estabelecido. -----

--

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Fez referência a uma proposta designada por "PLANO MELO PARA A CONSTRUÇÃO NAVAL", actualmente em discussão, o qual apresenta o redimensionamento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, empresa de inegável interesse para a cidade e para o concelho e criticou a política daquela empresa no despedimento de 1.000 trabalhadores, questionando a Câmara Municipal acerca das diligências efectuadas no sentido de isso não vir a acontecer. Seguidamente aludiu à supressão verificada no número de composições ferroviárias, na linha do Minho (entre Viana e Valença), classificando-a como forma negativa de implementar o desenvolvimento da região e o

intercâmbio entre a região do Minho e a Galiza, questionando também a Câmara Municipal acerca das diligências feitas para obstar a que isso aconteça. Aludiu também a notícias vindas na comunicação social escrita acerca de reuniões havidas entre os Órgãos do Governo e os representantes dos Governos das Regiões Autónomas, referindo a promessa do Primeiro Ministro de que outras, com os representantes das demais "forças vivas" das regiões continentais teriam lugar e, sendo a nossa região uma das que se nota que custa a chegar o desenvolvimento com um tecido produtivo débil, parecendo-lhe importante que os responsáveis pelo distrito entrem também nessa discussão e questionou acerca do que já foi feito nesse sentido. Relativamente às obras de sinalização luminosa da Avenida 25 de Abril, congratulou-se com a execução das mesmas e focou a urgência em complementar esse trabalho com a entrada em pleno funcionamento da sinalização luminosa colocada. Quanto à Rua da Argaçosa, lembrou a necessidade em pavimentar convenientemente aquela artéria, uma vez que, devido às obras dos acessos à nova ponte sobre o Rio Lima a decorrer na zona da Papanata, aquela via é uma alternativa importante para o escoamento do trânsito viário da cidade. Finalmente fez uma saudação ao espírito do "25 de Abril" e do "1º de Maio" - Festa dos Trabalhadores.

- - - **MANUEL DELFIM:-** Manifestou a sua preocupação e a das populações do Vale do Neiva quanto às agressões ambientais verificadas actualmente no Rio Neiva, nomeadamente quanto à descarga de esgotos domésticos e industriais e depósito de resíduos sólidos, com os consequentes efeitos nefastos para as captações de água para abastecimento às populações que nele são feitas, tendo feito uma resenha acerca das diligências feitas pela Associação que integra na defesa do rio em causa. Finalmente colocou à Câmara Municipal algumas questões acerca do saneamento da Vila de Barroselas. -----

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-** Aludiu à obra feita pela Câmara Municipal durante o actual mandato, e a contribuição para efeitos de melhoria de qualidade de vida da cidade e do concelho. Relativamente à intervenção do Membro Soares Pereira, manifestou a opinião de que a fuga de serviços da cidade de Viana para a de Braga, é reflexo dos custos do desenvolvimento e resultado dos

actuais padrões político/económicos. Em relação à recente inauguração do Museu Municipal, fez um elogio à Câmara Municipal pela obra levada a efeito e referiu a homenagem, inédita, prestada pelo Presidente da Câmara, no seu discurso no acto da dita inauguração, a Manuel Espregueira Oliveira, benemérito que dou a sua colecção ao Museu Municipal, sugerindo como forma de os vianenses lhe prestarem a sua homenagem uma mais assídua visita destes àquele espaço cultural, o qual ficaria mais apetrechado para dar resposta ao que dele se espera, caso se verificasse a aquisição dos edifícios contíguos para um eventual alargamento deste e criação nele de serviços ligados à cultura, nomeadamente arqueologia, cujo espólio se encontra abandonado. Relativamente a acções culturais levadas a cabo pela Autarquia, louvou o bom trabalho feito nesse domínio, tendo ilustrado a sua posição referências à recente reedição da obra de José Caldas "Os Humildes", a actuação do Teatro do Noreste na peça "Os Gladiadores" e o Festiviana que contou com a passagem de várias películas de qualidade, designadamente uma candidata à "Palma de Ouro", em Cannes, que fez a ante-estreia neste festival. Finalizou com o realce à forma positiva como a Autarquia tem sabido cativar o investimento estrangeiro para que se instale no concelho e que, quanto às medidas de reestruturação a levar a cabo nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, interpretou estas como a forma moderna de rentabilização de meios e aumento de competitividade da empresa. -----

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREÇO:-** Congratulou-se com o desfecho decidido pelo tribunal quanto à titularidade dos moinhos de Montedor para a Câmara Municipal e focou o interesse na recuperação deles e colocação dos mesmos ao serviço da comunidade. Manifestou o interesse da Junta de Freguesia a que preside na aquisição do "Forte de Paçô", para o que solicitou o apoio da Câmara Municipal, e focou o interesse na recuperação dos demais fortes existentes e colocação deles ao serviço da comunidade. Relativamente às indústrias existentes no concelho, sugeriu que fosse encetadas iniciativas no sentido de haver um apoio das mesmas para o desenvolvimento do concelho, como forma de minimizar os prejuízos de nível ecológico causado por elas, nomeadamente a Portucel e Empresa de Resinas. -----

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:-** Referiu-se as recentes notícias dadas nas estações da rádio e dos canais de televisão, acerca da qualidade da água, manifestando a sua desilusão por só estarem a cumprir os requisitos exigidos legais três Municípios e entre esses não se encontrar o de Viana, questionando a Câmara Municipal acerca do cumprimento daqueles requisitos legais, uma vez que se os mesmos foram cumpridos, a Autarquia deveria fazer um desmentido acerca de tais notícias. Sugeriu que, dada a gravidades das mesmas, deverá ser dado um esclarecimento à população, quanto à qualidade e condições em que a mesma é colocada à sua disposição. Manifestou preocupação acerca do "encerramento" do funicular de Santa Luzia. Aludiu ao estado lastimoso do piso de algumas ruas, sugerindo a utilidade em ser feita, com as verbas vindas da C.E.E., a formação de calceteiros, que poderiam ser aplicados nas reparações dos pavimentos que necessitem. Acusou a ilegalidade e anarquia reinante na extracção de areias do Rio Lima, designadamente na Marina Atlântica e no Cabedelo, sem ninguém que controle essa situação e a poluição atmosférica e residual derivada do depósito e queima de detritos de madeira na zona do porto de mar, junto ao cabedelo, bem como a degradação dos equipamento de apoio existentes naquela praia, apoiando a hipótese e vantagem daí decorrente, em ser feita a plantação de um pinhal, como forma de compensar a degradação ambiental de que a mesma foi vítima, devido ao fluxo da construção civil na zona. Seguidamente alertou para as medidas a tomar, no sentido de combater a proliferação de pedintes nas ruas da Bandeira e Manuel Espregueira. - - - - -

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE NEIVA:-** Associou o teor da sua intervenção à efectuada pelo seu colega da Junta de Freguesia de Darque quanto a acidentes rodoviários na E.N. 13 e agradeceu os esforços feitos pela Autarquia Vianense, no sentido de minorar esse drama na sua freguesia. Focou a necessidade em instalar pontos de luz na Zona Industrial, uma vez que muitos trabalhadores das fábricas lá instaladas, trabalham por turnos, motivando a saída destes das respectivas instalações fabris durante o período noturno, assim como arranjo e limpeza de passeios e piso das ruas que se encontram danificados. - - - - -

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Fez uma consideração genérica ao espírito do "25 de Abril", criticando o alheio do PSD na comemoração daquele efeméride. Relativamente à extracção de areias na zona da Amorosa, lembrou que foi constituída uma Comissão para tratar desse assunto, sendo de todo o interesse que o mesmo não passe para o esquecimento. Quanto à construção do campo de golfe, vê nessa infraestrutura uma forma de compensação dos malefícios e agressões sofridos por aquela zona. Finalmente fez o historial acerca da titularidade dos terrenos baldios existentes naquele local.

- - - **LUCÍNIO ARAÚJO:-**Relativamente à intervenção feita pelo Membro Amílcar Santos em que a sua pessoa era visada, esclareceu que, enquanto não transitar em julgado, uma sentença é uma mera opinião ou um parecer jurídico e prestou uma desenvolvida informação acerca das fases por que passou todo o processo, até acabar por prevalecer a sua absolvição pelas acusações de que foi vítima tendo acentuado a sua determinação em exigir a reparação de todos os danos sofridos, quer materiais, quer morais, daí decorrentes. -----

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Acerca do conteúdo da intervenção do Membro Oliveira e Silva, informou que a Comissão de Apoio à Mesa da Assembleia Municipal teve uma reunião, onde estiveram os técnicos da Câmara Municipal, que prestaram todos os esclarecimentos solicitados pelos presentes. -----

- - - **SOARES PEREIRA:-** Em resposta à intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, referiu que a reunião havida não foi suficiente e, quanto ao esclarecimento das dúvidas, foi inconclusiva.-----

- - - **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Corrigiu a intervenção do Membro Soares Pereira, no sentido em que a Câmara Municipal, apesar dos esclarecimentos dados nessa reunião, prontificou-se a prestar todo o apoio, quer técnico, quer de consulta, no sentido de uma completa elucidação acerca de tal assunto. -----

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Questionou o Presidente da Mesa sobre se os trabalhos da Comissão já terminaram e se existe alguma acta sobre o assunto. -----

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Informou que não existe, uma vez que não ficou de ser lavrada qualquer acta e lembrou-o de que, uma vez que não fazia parte da Comissão e se pretendia um esclarecimento acerca do assunto, deveria consultar os Vereadores do seu partido, já que se estes desejarem completar o seu trabalho a Câmara Municipal lhes prestará todo o apoio para esse efeito, incluindo uma eventual ida ao local e, se for necessário, poderá haver uma outra reunião final, a fim de esclarecer outras situações daí decorrentes. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Previamente ao período de respostas às questões que lhe colocaram, focou a dificuldade que a Câmara Municipal tem em dar resposta a todas as situações existentes, que, embora se tenha feito muito, tem a consciência de que muito mais será necessário fazer, se bem que os recursos são sempre escassos relativamente à meta a atingir. A Conta de Gerência espelha o empenhamento da Autarquia na resolução dos problemas da sociedade vianesa e revela que o Executivo, desde o início do mandato, já duplicou as capacidades do Município em resolver as situações. Relativamente ao mandato anterior e tendo sido apontadas inúmeras situações, nesta sessão, muitas outras ele próprio poderia apontar, dada a extensão das necessidades a satisfazer que constam dos objectivos prosseguidos pelo Executivo Municipal. Relativamente a obras a realizar na cidade e no concelho, algumas será possível satisfazê-las até ao fim do corrente ano e outras possivelmente não será possível sequer até ao final do século, mas o Executivo está já a trabalhar, designadamente na área do planeamento, para que as gerações futuras, tenham melhor condições de resolver as necessidades que esta Autarquia não poderá satisfazer. Iniciando o período de respostas às questões que lhe colocaram, referiu a intervenção do Membro Oliveira e Silva, que rotulou de pertinente e demasiado importante, uma vez que tem a ver com a gestão do património dos vianenses e prestou uma detalhada informação acerca das investigações exaustivas feitas acerca da titularidade dos terrenos baldios situados na faixa entre o Rio Lima e o Rio Neiva, não havendo quaisquer dúvidas, em face dos documentos existentes no Município, mas que, admitindo que os mesmos poderiam não possuir a força jurídica exigível, recorreu-se aos arquivos da Casa de Bragança, tendo-lhe sido já remetido o

processo, que acompanhou toda a transferência dos terrenos em causa desde o século XVIII até à presente data, após o que deixaram de existir quaisquer hipótese de dúvidas, sendo já a Câmara Municipal possuidora de todos os documentos que, de acordo com o direito em vigor em Portugal, prova que os terrenos são da comunidade vianense, significando isto que esta é proprietária de muitos hectares de terreno na faixa situada ente o ribeiro de Anha e a velha Amorosa, que a Autarquia tem o direito de defender, prontificando-se a fornecer-lhe se o desejar fotocópia, até autenticada, do processo em questão. Relativamente à implantação do campo de golfe informou que foi entregue há muitos anos na Câmara Municipal um requerimento nesse sentido, requerendo a implantação, na zona da Amorosa, deste e de outros equipamentos ligados ao sector turístico, mas como para tal é exigido a comprovação da propriedade do terreno onde seriam implantados e isso nunca foi feito pela requerente, uma vez que os terrenos são da comunidade, o processo não pôde ter continuidade. Assentou a posição de que o Município nada tem contra a implantação desse equipamento para a prática do golfe, informando ter sido até levado a efeito um estudo, que envolveu os melhores especialista nacionais sobre a matéria, com vista a implantar um desses equipamento no concelho. Informou também que ainda ontem, numa deslocação que fez à freguesia de Vila Fria, teve oportunidade de se aperceber do estado de degradação em que se encontra uma quinta e um solar, dos melhores que existem no concelho, e viu alí potencialidades em vir a ser instalado um desses equipamentos, mas partilha da opinião de que uma possível instalação de um desses equipamentos deverá partir da iniciativa privada, embora a Autarquia, caso não exista dinamismo da sociedade civil, possa dar passos no sentido de criar condições para que surjam da parte da iniciativa privada esses interesses, o mesmo podendo acontecer em relação a outras áreas do concelho. Relativamente à extracção de inertes na zona da Amorosa, achou desnecessário falar novamente o assunto, uma vez que o mesmo já foi objecto de reuniões e discussões exaustivas e se encontra esclarecido, mas aproveitou a oportunidade para informar que alguém que pretendeu pôr em causa a lisura e transparência do processo, em tempos, apresentou um projecto para aquela zona, que incluía um

aldeamento para 4.000 pessoas e uma unidade hoteleira, no local onde está a ser executada a implantação da ETAR, pondo em confronto, quanto a agressão ecológica e ambiental de um e de outro equipamento o último dos quais até contribui para essa defesa, informando que como prova de transparência e forma correcta de agir por parte da Câmara Municipal, coloca todos os processos e todas as provas à disposição para serem consultados. Quanto ao "25 de Abril", informou ter, desde o início do mandato, feito diligências no sentido de não haver divisão nas comemorações dessa data entre oficiais e populares, uma vez que partilha da opinião de que elas deverão ter carácter popular, embora com uma componente oficial, mesmo assim a Autarquia sempre deu o seu apoio e registou com agrado, este ano, que eram de carácter popular, a Câmara Municipal apoiou o evento, cuja organização foi do Grupo Desportivo dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, apoio que consta nos programas distribuídos, o que prova que a Câmara Municipal é pluralista e está com o "25 de Abril". Quanto às questões de segurança rodoviária no concelho, informou que, todos os dias, recebe uma comunicação do serviço (CCO) a funcionar no quartel dos Bombeiros Municipais, dependente da Câmara Municipal (que faz o registo de todas as ocorrências havidas no concelho), dando-lhe conta de todos os sinistros acontecidos e é com grande mágoa que verifica que, diariamente, ocorrem vários acidentes de viação nas estradas do concelho e, embora muitas dessas vias sejam vias nacionais, isso não invalida a que a Autarquia deixe de se preocupar com o que nelas acontece, já que envolve vianenses, informando que, hoje mesmo, foi apresentado um ambicioso programa de sinalização, no montante muitas dezenas de milhares de contos, esperando que o mesmo venha a ser participado pela Comunidade Europeia, para com ele ser dado um passo importante na redução da sinistralidade nas estradas do concelho especificando até o conteúdo do mesmo; a sinalização luminosa em três pontos da E.N. 13, em Darque (na passadeira que dá acesso à Escola C+S, na passadeira, junto ao Bairro do Fomento, na passadeira perto da Junta de Freguesia - travessia para a igreja - aí, propondo um sistema que obrigue a circular a baixíssima velocidade - área altamente perigosa), bem como na freguesia de Neiva, na de Lanheses, na de Santa Marta de Portuzelo (junto ao largo principal da

freguesia), na da Meadela (Junto à igreja), na Avenida Capitão Gaspar de Castro (junto ao antigo Grémio da Lavoura), ao fundo da Avenida dos Combatentes. Ainda no domínio da segurança rodoviária, prestou informações acerca do incentivo da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, no sentido destas construírem passeios nas respectivas estradas, como forma de prevenir acidentes sobretudo na população escolar, transferindo para essas mesmas Juntas de Freguesia as verbas para o efeito. Relativamente a problemas de âmbito social existentes em Darque, informou que já foram tomadas medidas, junto da Guarda Nacional Republicana, no sentido de ser controlada e ser impedida a instalação de famílias de etnia cigana no concelho, sem que isto represente qualquer discriminação ou perseguição, uma vez que os que se instalaram no concelho há muitos anos, são vianenses como os outros, mas tal atitude visa impedir que o concelho seja transformado em atracção destes ou de outras pessoas exteriores que não são do concelho ou não vivem nele há muito tempo e evitar a proliferação de barracas. Informou também que já teve oportunidade em comunicar ao Ministro da Administração Interna e ao Secretário do mesmo Ministério, bem como ao Comandante da Polícia de Segurança Pública e ao Senhor Governador Civil deste distrito a necessidade em aumentar o número de efectivos da Polícia de Segurança Pública no concelho, contando que isso venha a acontecer com a reestruturação das forças policiais, que se prevê para breve. Respondendo às questões apontadas pelo Membro Olímpia Pontes, informou-a de já estão a ser tomadas medidas com vista a resolver o problema das águas na Rua de S. José, estando a ser feitos os necessários contactos com um empreiteiro com vista à execução dessas obras. Quanto ao problema dos depósitos de gás, informou que já foi iniciado o levantamento de todos os existentes no concelho, e já há muito tempo que é impedido a instalação dos mesmos em locais que ofereçam perigo para as respectivas populações, embora reconheça a dificuldade em negociar com os agentes económicos já estabelecidos, salientando que tem havido uma política no sentido de os pressionar e obrigar a cumprir a legislação estabelecida. Quanto ao Congresso do Minho, informou que esse acontecimento é uma organização do Partido Socialista de Braga, comentando que, sem a sua autorização, foi-lhe dito que o seu nome constaria da

lista dos oradores e, após confirmação junto do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara se havia sido dado a entender algo acerca da sua possível intervenção, nada foi apurado nesse sentido, assentando que essa organização, quase partidária, defende objectivos que não são os seus, não-obstante a sua defesas dos interesses Alto-Minhotos, entendendo que o processo de regionalização deve ser feito sem que saiam prejudicados os interesses da comunidade vianense, sendo essa a sua posição enquanto Presidente da Câmara deste concelho. Como complemento da posição defendida informou que foi essa a orientação da sua intervenção num debate havido numa escola secundária da cidade. Em relação à fuga de serviços para a cidade de Braga, como fruto da regionalização, informou só aceitar o processo da regionalização desde que seja salvaguardada a unidade distrital, mantendo a cidade de Viana a capitalidade, pelo menos ao nível distrital, tecendo em seguida um historial acerca dos ganhos a nível económico e de serviços, obtidos pela cidade e pelo concelho, decorrentes da criação dos distritos em 1835. Relativamente à fase de reestruturação da empresa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, concordou que é um processo difícil, a avaliar pelos tempos que vive tanto a economia nacional como extra-nacional, verificando ele próprio esses factores desfavoráveis a nível financeiro nos serviços municipais, onde as receitas são um pouco prejudicadas, mas sem que isso constitua objecto de preocupação, uma vez que o Município possui estratégias alternativas para resolução de problemas desse género sem grandes dificuldades. Manifestou a opinião de que a empresa dos Estaleiros Navais tem de se modernizar e preparar para os grandes desafios decorrentes do novo sistema europeu e mundial, compreendendo perfeitamente as apreensões dos seus trabalhadores e coloca a Autarquia ao lados deles, na defesa dos seus interesses, mas também tem que compreender as posições do Governo e do Conselho de Administração da empresa, como forma de ser salvaguardada a unidade económica da mesma. Quanto aos trabalhadores dispensados admitiu que podem as empresas do ramo metalomecânico instaladas ou a instalar na Zona Industrial ser uma saída de emprego, daí não se prever grandes problemas de desemprego no concelho. Seguidamente fez um balanço, que considerou positivo, da extinção e criação de serviços no concelho, manifestando opinião

de que a extinção de serviços públicos é fruto da mudança dos tempos e de formas diferentes de governação, sendo de grande importância a criação, no sector privado, de saídas para os efectivos que são dispensados no sector público, e isso está a acontecer em Viana, mercê de uma política adoptada pela Autarquia no sentido da captação e da atracção de investimentos de prestígio que instalem na cidade e no concelho, a avaliar pelas missões empresariais que nos visitam na mira de espaços para se instalarem, o que, só por si, já perspectiva um futuro promissor, mesmo no plano económico. Quanto à informação, acusou que existe um deficit de informação no concelho, tendo sido alertado para o facto, tanto pelos seus colaboradores, como pelos adversários políticos, penitenciando-se a ele próprio pelo facto. Informou que, mesmo tendo recebido uma autorização, por parte da Câmara Municipal, para um investimento de 3 a 4 mil contos numa revista municipal que colmatasse essa falha, não irá fazer sair essa revista, por entender que, nesta altura, embora fosse uma contribuição para reduzir o deficit informativo existente e para melhoria da imagem do Presidente da Câmara, seria um dispêndio financeiro injustificável, de acordo com um critério de gestão racional e isenta dos meios financeiros do Município, por forma a permitir uma eficiente resolução dos problemas que afectam a comunidade vianense. Quanto ao Centro de Arte e Cultura, em resposta à intervenção do Membro Filipe Cavaleiro, informou não ter sido o Centro uma iniciativa desta Câmara, mas sim uma herança das Câmaras anteriores, admitindo, no entanto, que as condições e orientações são hoje diferentes das mesmas há 10 anos atrás, estando ser feita a reformulação do respectivo projecto, esperando que, no novo quadro comunitário de apoio a partir de 1994, com meios financeiros da Comunidade Europeia ou da Secretaria de Estado da Cultura e Municipais, irá ser instalada nele uma muito boa biblioteca regional, a avaliar pelas potencialidades que o edifício possui, já que o projecto foi bem delineado e elaborado pelo arquitecto projectista, com pequenas adaptações, após reunião havida em Lisboa onde esteve representada a Câmara Municipal, pelo Vereador Eng^o António Pereira, o arquitecto autor do projecto e arquitectos da Secretaria de Estado da Cultura. Em resposta à intervenção do Membro Bouça de Morais, apoiou a sugestão deste e expressou a satisfação da Câmara Municipal em aceder a tal sugestão,

como forma de contribuir para uma completa elucidação acerca da obra feita neste mandato, embora, por falta de tempo, não seja possível uma deslocação a todas as obras, que são inúmeras. Continuando no domínio das obras municipais, prestou esclarecimentos sobre o andamento do concurso da Rua da Argaçosa. Quanto à Avenida Capitão Gaspar de Castro, levantou dúvidas quanto à oportunidade de repavimentação daquela artéria viária, uma vez que, sendo uma via próxima de escolas e equipamentos desportivos da cidade, o bom estado do piso conduzirá a uma circulação com grande velocidade, o que poderá ser nefasto quanto a acidentes com os utentes, nomeadamente os mais jovens, que a percorrem diariamente. Relativamente à estrada do Barco do Porto, informou que o atraso havido na sua execução se deve a um conflito havido entre a Câmara Municipal e o empreiteiro a quem foi adjudicada, por aquele não ter cumprido as suas obrigações. Referindo-se aos débitos da Câmara Municipal, informou ser a Câmara de Viana uma das que menos endividada se encontra de todo o País, se compararem as dívidas da Câmara com o seu Orçamento e a Conta de Gerência, com a capacidade financeira, o património e o movimento que regista, registando o pagamento pontual às empresas que trabalham para ela, esclarecendo em seguida que um conflito existente com uma empresa, que tem muitas obras em Viana e que trabalhou no antigo Centro de Arte e Cultura, se deve ao facto de a mesma ter apresentado uma listagem de obras executadas que orçavam em cerca de 80.000 contos, as quais ofereceram muitas dúvidas ao Executivo, quer pela sua legalidade, quer se as mesmas não teriam já sido liquidadas, pelo que o veredicto final deverá ser dado pelos tribunais. Quanto à água consumida no concelho, frisou que não deve constituir motivo para a preocupação dos vianenses, uma vez que a água distribuída é excelente, é analisada, não só pelos Serviços Municipalizados, como pela Administração Regional de Saúde, e não tem os problemas existentes nas águas paradas do Alentejo, uma vez que é captada em vias correntes, embora haja, por vezes, algumas queixas apresentadas, constatando-se que as mesmas se devem à falta de higiene dos utilizadores das fontes, que são casos pontuais e prontamente resolvidos. Quanto às redes de distribuição de águas, concordou que se encontram gastas devido à idade que têm, informando que esse e outros problemas relacionados com a

água serão resolvidos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio, havendo já estudos em curso de todas as redes de abastecimento de água e de saneamento que custam verbas superiores a 10 milhões de contos (4 milhões para água e seis milhões para saneamento), dos quais foram já gastos cerca de dois milhões de contos em saneamento, neste mandato e havendo necessidade de ainda mais cerca de oito milhões de contos para resolver os problemas existentes neste domínio, no concelho. Em resposta a uma afirmação do Membro Oliveira e Silva, informou-o de que o Governo da Nação dialoga com os Autarcas e estes com os seus colaboradores, para fazerem a análise e interpretarem as necessidades das populações e referiu ser real a existência de mecanismos de elevado grau de democraticidade na resolução das questões importantes, com focagem de água, por gravidade, para o Vale do Neiva. Quanto aos problemas apontados no Rio Neiva, informou serem as agressões que sofre fruto da falta de estruturas por parte dos Municípios que o fazem e que, dando prioridade ao abastecimento de água às populações do Vale do Neiva, essa captação tem de ser feita a partir desse rio, mas perspectivando que, com a entrada em actividade das captações a partir do Rio Lima, esse abastecimento será feito em muito melhores condições, deixando de haver os problemas que se notam e o rio voltará a ser o que já foi. Quanto à ferrovia, informou que está a sofrer beneficiações, sendo verdade que foi reduzido o número das composições que circulam entre Viana e Valença, o qual se deve à nova gestão empresarial dos Caminhos de Ferro Portugueses, passando a linha ferroviária entre Nine, Tuy e Vigo a ser utilizada para transporte de mercadorias e não como metropolitano de superfície, uma vez que a densidade populacional da região, não é muito elevada, daí não se justificar o mesmo funcionamento de outrora, estando o seu papel caminho de ferro a ser desempenhado, em grande parte, pela rodovia, por autocarros, em condições económicas mais vantajosas. Prestou também informação acerca dos contactos que estão ser estabelecidos com as Câmara do lado galego e até com o Governo de Madrid, no sentido de serem feitos investimentos de beneficiação da ferrovia para um mais eficiente desempenho da mesma entre o Porto e Vigo, com a cidade de Viana a meio caminho entre ambas. Relativamente a obras literárias, aludiu ao grande número de edições e reedições e à

dinâmica da cidade e da Autarquia no plano cultural que fazem da cidade um importante centro cultural no Norte de Portugal, aliado à paz de espírito e cooperação entre intelectuais e políticos num esforço em desenvolver a cidade e a região, como disso foi exemplo o acontecimento ocorrido por ocasião da inauguração do Museu Municipal, que rotulou de acontecimento histórico. -----

- - - **SOARES PEREIRA:-** Inteveio criticando o redimensionamento que se está a verificar nas empresas, uma vez que isso contribui para a fuga dos serviços da cidade de Viana propondo que a Comissão de Apoio à Mesa ou a própria Mesa da Assembleia elaborem um documento dirigido aos Órgãos do Poder, o qual manifeste a preocupação da cidade e do concelho. -----

- - - **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA:-** Aceitou a sugestão formulada e propôs que, na próxima reunião da Comissão de Apoio à Mesa da Assembleia Municipal, se tratasse desse assunto. Informou também que, devido à extensão da ordem de trabalhos, a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, seria analisada como último ponto. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 1 - RELATÓRIOS E CONTAS DE GERÊNCIA PARA O ANO DE 1992 (doc. nº

2) -

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Referiu a competência da Assembleia Municipal para fazer o acompanhamento e análise da actividade da Câmara Municipal no último ano. Teceu críticas aos elementos de consulta que foram postos à disposição dos Membros para a um completo esclarecimento dos mesmos e manifestou a opinião de que a Assembleia Municipal não tem que se debruçar sobre as contas propriamente ditas, mas sim sobre as actividades planificadas e desenvolvidas, ou não, ou seja, uma análise política e não técnica e, como os elementos que possui não são bastantes para uma tomada de posição correcta, o seu partido irá votar pela abstenção, aliando de falta de

esclarecimentos ao que se passa a nível nacional com o partido do Governo. Fez análise acerca de alguns valores apresentados, designadamente nas receitas correntes, nas quais houve um aumento em relação aos previstos (comparando com o Plano de Actividades), tendo-se verificado um decréscimo em outros valores, nomeadamente no Fundo de Equilíbrio Financeiro. -----

--- OLIVEIRA E SILVA:- Embora estando a sua intervenção prejudicada pela do Membro anterior, referiu que o Relatório de Actividades era um documento meramente contabilístico, quando seria interessante saber as actividades que foram desenvolvidas, o que ficou por fazer e confrontar isso com o Plano de Actividades, sendo, assim possível fazer um juízo político à gestão Autárquica, embora admitindo que houve dinamismo, assemelhando o documento a uma mera Conta de Gerência, não havendo, portanto, um Relatório de Actividades, pelo que o seu partido iria votar pela abstenção. ---

--- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREÇO:- Criticou as intervenções e a posição política tomada pelos Membros anteriores, sugerindo-lhes que se é como dizem, deveriam propôr a votação do documento em separado, as contas como documento técnico e o relatório como documento político. Realçou o mérito da não utilização, por parte do Executivo, do "Cheque em branco" passado pela Assembleia Municipal para o recurso a empréstimo e o facto da Autarquia não ter tido necessidade em utilizar a totalidade do mesmo, daí não haver dúvidas para reconhecer que houve uma boa gestão Municipal. Finalmente referiu o aumento da capacidade realizadora e económica implementada pelo actual Executivo. -----

--- VEIGA DE OLIVEIRA:- Criticou os valores apresentados pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro, que, na sua opinião, manifesta o desapoio do Governo às Autarquias e criticou a Câmara Municipal pela disparidade entre as intenções apresentadas e a realidade de facto, o que se poderá testar pela leitura do Plano de Actividades, em que é proposto a construção de inúmeras estradas e auto-estradas e isso não ter sido cumprido. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Acusou falta de cumprimento de algumas iniciativas propostas, nomeadamente a rede viária, ao entrave causado por membros da família do Membro Veiga de Oliveira. -----

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:-** Protestou energicamente contra o teor da intervenção do Presidente da Câmara, dizendo que as questões familiares não deveriam ter lugar nesta sessão e pela forma deslegante como o fez. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Esclareceu que a razão de ser da sua intervenção, se ficou a dever ao facto de muitas coisas não se realizarem porque a Direcção de Estradas de Viana não funciona bem, tendo tido já oportunidade em referi-lo várias vezes ao Presidente da Junta Autónoma de Estradas e em presença de ataques ao papel desempenhado pelo Director de Estradas de Viana, ele próprio já fez a sua defesa em muitas situações. Aludiu de seguida aos deveres dos funcionários da administração pública de defenderem a comunidade onde estão inseridos, parecendo-lhe, neste caso, que acontece o contrário. Finalmente agradeceu ao Partido Socialista e à CDU a votação, pela abstenção, a que recorreram, uma vez que para si é interpretada como uma aprovação. -----

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:-** Aludiu à forma incorrecta como o Presidente da Câmara interveio, na qual ele foi visado por motivos familiares, elucidando a Assembleia acerca dos reduzidos poderes que tem um Director Distrital de Estradas, no domínio das estradas, em contraponto com o Poder Central, daí a inoportunidade e incorrecta intervenção do Presidente da Câmara. -----

- - - Finda a discussão deste ponto o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, submeteu o mesma à votação, tendo o mesmo sido aprovado com 15 abstenções. - - -

- - - **FILIPPE CAVALEIRO:-** Fez uma declaração justificativa de voto de abstenção. - -

PONTO 2 - PARCÓMETROS - TAXAS - ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE INTRODUÇÃO DE MOEDAS (doc. nº 3) -----

--

- - - **FILIFE CAVALEIRO:-** Interveio para solicitar ao Presidente da Câmara que seja feito o aproveitamento de um espaço, ocupado actualmente por entulhos, nos terrenos conquistados ao Rio Lima, junto ao Complexo Turístico, para servir de estacionamento de viaturas, agora que o estacionamento, na altura de época turística alta, se torna difícil de conseguir. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Relativamente a parques de estacionamento, informou que estando o Plano de Urbanização da cidade concluído e, brevemente, passando à fase de inquérito público, está, naquele instrumento de gestão, previsto um grande número de parques de estacionamento enterrados, dando a conhecer a localização dos mesmos; um no quintal do terrenos propriedade da Caridade, junto ao edifício dos Paços do Concelho; outro, semi-enterrado, ao fundo da Avenida dos Combatentes (nos terrenos conquistados ao Rio Lima), da responsabilidade da Junta Autónoma dos Portos do Norte e faz parte de um protocolo celebrado com o Ministério do Mar, assim como outras infraestruturas inseridas no já citado protocolo, a realizar no local, como a construção da bancada que vai desde o Complexo Turístico até um pouco acima da Avenida dos Combatentes, um novo cais de embarque para o barco que faz a travessia do Rio Lima entre a cidade de Viana e o Cabedelo, a pavimentação do jardim marginal, a instalação de moderno equipamento sanitário da J.C. Decaux, a iluminação pública em toda a zona marginal, a recuperação do cais junto à Marina com granito, a irrigação automática das zonas verdes, arruamentos, a entrada em funcionamento do Complexo da Marina e a criação de outros parques de estacionamento, enterrados, no Largo Vasco da Gama, no quarteirão, pertencente à Câmara Municipal, onde se encontra o edifício da Quimigal, no antigo Jardim do Infante D. Henrique e no campo da Senhora d'Ágonia, que contribuirão para uma melhoria singnificativa do estacionamento de viaturas na cidade, o que junto à constituição de zonas pedonais, que constituirão zonas comerciais semelhantes à existente na Rua Manuel Espregueira, farão da cidade uma das melhores da Península, neste domínio. -----

- - - Finda a discussão deste ponto o Presidente da Mesa da Assembleia submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 3 - CONSTRUÇÃO DUM PRÉDIO EM TERRENOS SITUADOS NO GAVETO DA RUA DE SANTO ANTÓNIO COM O ARRUAMENTO POSTERIOR À PRAÇA 1º DE MAIO, EM VIANA DO CASTELO --- MUDANÇA DE DESTINO (doc. nº 4) -----

- - - Não havendo qualquer intervenção na discussão deste ponto o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 4 - EDIFÍCIO DA AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL, EM VIANA DO CASTELO (doc. nº 5) -----

- - - **RODOLFO PARENTE:-** Aludiu à beleza tanto exterior como interior do edifício em causa, informando que o Partido Socialista iria votar favoravelmente, na tentativa de impedir que o mesmo vá parar à posse da iniciativa privada e assim se vir a perder um valioso património, solicitando à Câmara Municipal que tudo faça para adquiri-lo e mantê-lo no património da cidade. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Esclareceu que a Câmara Municipal apenas solicita autorização à Assembleia Municipal para, se for necessário intervir na defesa do património da cidade, uma vez que o edifício marca uma determinada época, mas que gostaria não ter necessidade em fazer uso dessa autorização, esperando que o Governo o faça, para aí instalar serviços públicos que estão mal instalados, nomeadamente os ligados à justiça, sendo este pedido de autorização uma medida cautelar.

- - - Finda a discussão deste ponto o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 - ELABORAÇÃO DO PROJECTO DA PRAIA NORTE E ZONA

ENVOLVENTE (doc nº 6) -----

- - - **SOARES PEREIRA:-** Fez uma abordagem deste assunto sob três vertentes; a nível político, pelo qual a questão a colocar à Assembleia, deveria ser em termos de necessidade de fazer o arranjo do local e, aí, o seu partido votaria favoravelmente, pecando esta media por tardia e criticou o atropelo que está a ser dado ao assunto para o processo andar rapidamente; a nível técnico, informando que, tendo solicitado cópia das propostas dos restantes concorrentes, estas não lhe foram fornecidas, só lhe tendo sido possível a consulta apressadamente do processo e sem condições de espaço, achado pobre o conteúdo das propostas apresentadas; a nível processual, manifestou o interesse em serem estabelecidas regras e programas e ser elaborado um concurso de ideias a fim de evitar disparidade nos preços apresentados pelos concorrentes. Por fim, informou que, uma vez que não foram observados os referidos trâmites, o partido socialista iria votar pela abstenção. -----

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONSERRATE:-** Manifestou a sua satisfação pela recuperação da zona em causa, lembrou ter sido essa uma posição que já defendeu em anteriores sessões da Assembleia Municipal e fez votos para que os obras sejam uma realidade e não fiquem pelo papel de projecto. -----

- - - **OLIVEIRA MARTINS:-** Embora a sua intervenção estivesse prejudicada pela do Membro anterior, considerou haver todo o interesse e necessidade em reabilitar a zona da Praia Norte, dado ser uma das zonas da cidade que foi constantemente agredida, designadamente pelo alargamento do tecido industrial dos Estaleiros Navais e pelo esquecimento de que foi vítima. Congratulou-se pela retoma do projecto, pela reabilitação da praia e pela piscina de marés a construir, o que será um importante contributo para a segurança e conforto dos potenciais utentes dessa praia. Criticou a forma limitada de adjudicação do projecto, que apontou como indicador menosprezo da qualidade para o efeito, sendo isso matéria para voto contrário do seu partido. Finalizou com um pedido de esclarecimento ao Presidente da Câmara, acerca da possibilidade de o projecto em questão ser executado por técnicos municipais, com a decorrente economia de meios financeiros que isso significaria para o Município. - -

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-** Lembrou que a construção de uma piscina de marés foi uma promessa da campanha eleitoral, feita pelo actual Executivo Municipal e que está agora a ser cumprida, manifestado o seu apoio à iniciativa, mas sugerindo que o arranjo em causa fosse mais além do que está previsto, no sentido de ser estudado convenientemente o possível impacto ambiental provocado pela ETAR da Areosa, bem como dos equipamentos adjacentes à própria zona. Elogiou a capacidade e obra do Arquitecto autor do projecto escolhido. Para integral apetrechamento do local sugeriu o interesse que haveria em prever a construção de uma clínica de fisioterapia e fisioterapia, aproveitando, para o efeito, as potencialidades medicinais das águas da praia, fazendo interessar, nesse equipamento, a iniciativa privada. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Firmou o propósito de cumprimento da legalidade pela Câmara Municipal ao trazer esse assunto à aprovação da Assembleia Municipal, além de achar de interesse a discussão do assunto entre os vianenses e que se isso não fosse verdadeiro, haveria outras formas em ele não ser objecto desta discussão. Informou que foram convidados a apresentar proposta sensivelmente seis arquitectos-projectistas, alguns deles ligados a Viana e de reconhecida competência e alguns, incluindo o próprio Arquitecto Oliveira Martins, mostraram-se indisponíveis, tendo apresentado ideias e estimativas orçamentais apenas três equipas constantes do processo. Os técnicos designados para apreciação das propostas, por consenso, acharam mais capaz a proposta escolhida, cuja equipa é de reconhecida competência, tendo convidado a Junta de Freguesia de Monserrate para apresentar as soluções que ache oportunas para o enriquecimento do trabalho a fazer. Informou também que aquela zona será alvo de um mais amplo trabalho de recuperação, que abrangerá também o Castelo Velho. Relativamente à intervenção do Membro Antero Filgueiras, informou que não haverá qualquer conflito da zona a recuperar com a ETAR da Areosa, que é mais a Norte, sendo as águas residuais desta lançadas no Atlântico, de acordo com estudos de hidrodinâmica costeira adjudicados, pela Câmara Municipal, a um Organismo dependente do Ministério da Defesa Nacional (Marinha), por forma a que não haja qualquer possibilidade de poluição na zona, fazendo todas estas obras parte do

programa "Reconciliação da Cidade com o Mar". Confessou cepticismo acerca da celeridade em executar todas as obras conforme o desejável. Quanto ao trabalho ser executado pelo técnicos municipais, informou a quantidade de trabalho que lhes está distribuída, nomeadamente os Planos de Urbanização de Lanheses e de Barroselas, projectos de terrenos propriedade do Município para venda, em hasta pública, daí a impossibilidade em cumprirem mais esta tarefa. Seguidamente referiu o comportamento de um Vereador do Partido Socialista que, na reunião da Câmara Municipal que tratou desta proposta, mostrou parecer não acautelar os interesses do Município. - - - - -

- - - **OLIVEIRA MARTINS:-** Referiu a sua preocupação por a elaboração do projecto não ser objecto de concurso público, como forma de procura de qualidade e legalidade do processo. - - - - -

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Em esclarecimento adicional informou terem sido convidados para o presente concurso doze equipas-projectistas, nomeadamente a liderada pelo Arquitecto Siza Vieira, significando isto o propósito da Câmara Municipal em escolher o melhor neste ramo. - - - - -

- - - Finda a discussão deste ponto o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação tendo o mesmo sido aprovado com dez abstenções. - - - - -

- - - **SOARES PEREIRA:-** Fez uma declaração justificativa de voto de abstenção. - -

PONTO 6 - COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO - EMISSÁRIO SUBMARINO DE VIANA DO CASTELO (doc. 7) - - - - -

- - - Não havendo qualquer intervenção na discussão deste ponto o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Referiu o seu desagrado pelo ataque que foi feito ao Engº Veiga de Oliveira, pela forma como feito e sobretudo por o ser na ausência daquele e frisou que o mesmo, como é sabido, tem poderes reduzidos, no âmbito do que lhe foi imputado na acusação. Relativamente à

informação do Presidente da Câmara, reconheceu-lhe coisas positivas, mas que peca por falta de rigor, nomeadamente no tempo e nas actividades apresentadas. Referiu o propósito optimista que caracteriza o Presidente da Câmara. Registou com agrado a recente inauguração do Museu Municipal, como forma de dignificar a cultura na cidade. Acusou de falta de rigor a designação proferida pelo presidente da Câmara, quanto à propriedade dos terrenos baldios situados na zona da Amorosa e as pesquisas que o mesmo disse ter feito, uma vez que, na sua óptica, só os tribunais poderão decidir da legitimidade dos mesmos. Manifestou a opinião de ter sido tratado com pouca dignidade, por parte da Câmara Municipal, a questão da instalação do campo de golfe na Amorosa a qual aceitava como forma de minimizar o impacto causado, naquela zona, pela construção civil e de estar a entrar a acção da iniciativa privada, achando essa atitude como forma de a Câmara Municipal querer ela própria desempenhar o papel daquela. Finalizou com uma alusão ao respeito que deverá merecer a iniciativa privada, como complemento do desenvolvimento de uma região. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA:- Homenageou as qualidades brilhantes de tribuno e jurista do Membro Oliveira e Silva e aludiu aos propósitos de perseguir na defesa dos interesses municipais, esclarecendo que, aquando da entrada dum requerimento da empresa interessada em implantar, não só o campo de golfe, mas outros equipamentos de interesse turístico, foi-lhe, de acordo com as leis vigentes, solicitada a prova da titularidade dos terrenos, não tendo sido cumprido esse requisito, daí que o processo não pudesse ter continuidade. Quanto à implantação, no local, do dito campo de golfe, alertou para os problemas que daí adviriam para a zona, dado o equipamento necessitar de muita água e isso motivar um descalabro no abastecimento de água naquela zona. Ainda em relação ao abastecimento de água fez uma desenvolvida descrição acerca das iniciativas a desenvolver, quanto a captações no Rio Lima, designadamente em Fornos de Cal, concelho de Ponte de Lima. Seguidamente aludiu ao impacto que causaria a aprovação de um complexo residencial proposto para o local onde se encontra em execução a ETAR e o contraponto entre a construção do dito complexo, quanto a

agressão ambiental e a construção da ETAR, como defesa desse valor e as definições de carácter limitativo constantes no Plano Director Municipal na utilização dos solos no concelho. Relativamente à defesa do papel interventivo da iniciativa privada no mercado, referiu as suas convicções convergentes com esse princípio, já demonstradas em tempos em que essa teoria era tida como inconveniente, dadas as directrizes políticas nesse domínio, aprovando o papel interventivo do Estado como garante das injustiças causadas pela visão do lucro que orientam aquela iniciativa. Finalizou a intervenção acentuando que nada tem contra os empresários, mas que combate os empresários menos honestos. - -

- - - **FILIPPE CAVALEIRO:-** Aludiu à intervenção do Presidente da Câmara na defesa da legalidade, questionando-o acerca da alteração do destino do antigo Centro de Arte e Cultura, dado ter sido objecto do lançamento de uma derrama para um fim específico do equipamento. -----

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Informou que a questão que foi colocada, já foi devidamente ponderada e não existe qualquer ilegalidade na alteração pretendida, uma vez que um centro de arte e cultura é um centro de artes culturais e sendo uma biblioteca um meio de difusão da cultura, se enquadra perfeitamente no destino para o qual foi construído. Por último informou que o actual Executivo da Câmara nunca lançou qualquer derrama, tendo sido a referida derrama lançada no mandato do Executivo anterior. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - Encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa fixou um período de intervenção aberto ao público, tendo-se registado as seguintes intervenções:

- - - **SENHOR NEIVA:-** Fez uma alusão à forma de desprezo como a imprensa tratou as comemorações do "25 de Abril" ocorridas em Viana. Seguidamente criticou a verba que é necessário despender para fazer a análise da água em poços domésticos. Finalmente aludiu à importância da fonte de Santo António, em Vila Nova de Anha, tanto pela qualidade da água que lá se encontra, como pela

quantidade de pessoas que lá se deslocam para a buscar. -----

- - - **FRANCISCO TORRES:-** Começou a sua intervenção criticando o abandono da sala pelos Membros da Assembleia antes do fim da sessão e questionou a Câmara Municipal, acerca da legitimidade ou legalidade da colocação, na freguesia de Darque, na zona dos prédios em frente aos quais é feita a feira ao domingo, de sinais limitativos de estacionamento nesse dias, dado os incómodos que isso representa para os respectivos moradores. Seguidamente criticou a desarrumação constante da referida feira, o que tem motivado conflito entre os feirantes e os moradores daquela zona. -----

--

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Informou que só após a intervenção do senhor Francisco Torres teve conhecimento da situação e que, na próxima segunda-feira, irá fazer diligências, em diálogo com a Junta de Freguesia e com sentido de equilíbrio, por forma a ser resolvida a situação existente. - -

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 4 do artigo 85º do Decreto-Lei número 100/84, de 29 de Março, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----